

TJMS

EM NOTÍCIAS

Relatório de Gestão | 2012

Des. Hildebrando Coelho Neto
Des. João Batista da Costa Marques
Des. Atapoã da Costa Feliz



Sumário

Processo eletrônico está em 100% do Judiciário de MS	7
Judiciário de MS implanta pregão eletrônico nas licitações	8
Tribunal de Justiça cria Coordenadoria das Varas de Execução Penal	9
Tribunal institui Juiz de Cooperação	10
TJMS cria Comitê Gestor e institui Política de Comunicação Institucional	11
Justiça estadual adere a redes sociais	12
Comissão de Segurança atua em prol de magistrados e servidores.....	13
TJ instala novas Varas Criminais de Campo Grande	15
Instalada Vara Criminal na Comarca de Coxim	16
Comarca de Dourados passa a contar com quatro varas criminais	17
Comarca de Campo Grande recebe 2ª Vara da Violência Doméstica	18
Concurso seleciona novos magistrados para o Judiciário de MS.....	19
TJ realiza VI Concurso Público de Servidores	20
Administração aprova concessão do Auxílio Educação Infantil para servidores	21
Servidor do interior consegue benefícios na homologação de licença médica	22
Justiça estadual investe na infraestrutura de edificações	23
Presidente inaugura novas instalações em Anastácio e Dourados.....	24
TJMS renova e amplia frota de veículos oficiais	26

Justiça de MS cumpre Metas Nacionais do Judiciário em 2012	27
Tribunal de Justiça julga mais de 42 mil processos em 2012.....	28
1º Grau : Número de processos sentenciados aumenta em 2012	29
Juizados Especiais tiveram aumento de 11,24% no número de sentenças em 2012.....	30
2012 – Ano de realinhar metas do Planejamento Estratégico	31
Vice-Presidência despachou mais de 4,5 mil precatórios em 2012	32
Mais de 10 mil decisões de recursos externos foram proferidas pela Vice-Presidência.....	33
Atuação da Corregedoria em 2012 atinge 84 localidades no Estado.....	34
Ejud-MS destaca-se na capacitação de magistrados e servidores	36
Coordenadoria desenvolve projetos em prol da Infância e Juventude	40
Ouvidoria Judiciária atua como canal direto com a população.....	42
Núcleo de Solução de Conflitos apresenta 87% de aproveitamento.....	43
TJMS realiza 5º Seminário de Direito para Jornalistas	44
MS fecha Semana da Conciliação com R\$ 47,6 milhões em acordos	45
Circuito Bem-Estar : ações atendem nas áreas de saúde física, bucal e nutricional.....	46
3ª Minicorrída do Judiciário reúne mais de 400 participantes	47

EDITORIAL

Em 2 de abril de 2012, o Des. Hildebrando Coelho Neto assumia a Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, depois de 31 anos dedicados à Magistratura deste Estado. Em seu discurso de posse, citando seu pai, destacou que este lhe ensinou que era a força do trabalho que tornava a terra produtiva.

E suas palavras se confirmaram ao longo desses dez meses. O filho de Nelson Coelho, a olhos vistos, dedicou-se, intensa e integralmente, ao exercício da Presidência do Tribunal guaicuru. Conquanto o período pareça ser exíguo, muita coisa foi feita a partir da dinâmica implantada.

Desde a criação de novas varas que buscaram propiciar a tão esperada celeridade processual e os julgamentos em prazo razoável — como a Vara Criminal de Coxim, a 4ª Vara Criminal de Dourados e a 2ª Vara de Violência Doméstica de Campo Grande —, até a criação da COVEP (Coordenadoria das Varas de Execução Penal do Estado) — cuja finalidade é de gerenciar, de forma ordenada, a movimentação dos presos submetidos à execução penal no Estado — e o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pela ENASP (Estratégia Nacional de Segurança Pública).

Para complementar essas ações, foi realizado concurso público para a nomeação de novos servidores do Poder Judiciário e encontra-se em andamento o XXX Concurso Público para Juiz Substituto, com o que se espera que todas as comarcas do Estado possam contar com o magistrado titular.

Houve a inauguração do novo Fórum da Comarca de Anastácio e a reforma do Fórum de Dourados.

Não se pode deixar de mencionar a excelência do trabalho que foi desenvolvido na Vice-Presidência, pela excepcional dedicação do Desembargador João Batista da Costa Marques, notadamente os precatórios e a admissibilidade dos recursos aos tribunais superiores.

MISSÃO

Prestação jurisdicional em tempo razoável

Parque dos Poderes - Bloco 13
 Campo Grande - MS - CEP: 79031-902
 Telefone: (67) 3314-1382
 www.tjms.jus.br

Presidente

Des. Hildebrando Coelho Neto

Vice-Presidente

Des. João Batista da Costa Marques

Corregedor-Geral de Justiça

Des. Atapoã da Costa Feliz

Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça

Zelma Araújo Teixeira Munhoz

Juizes Auxiliares da Presidência

Alexandre Antunes da Silva
 Carlos Alberto Garcete de Almeida

Juizes Auxiliares da Vice-Presidência

Paulo Afonso de Oliveira
 Aldo Ferreira da Silva Júnior

Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Simone Nakamatsu
 Cesar Castilho Marques

Tribunal Pleno

- Des. Rubens Bergonzi Bossay
- Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
- Des. João Carlos Brandes Garcia
- Des. Oswaldo Rodrigues de Melo
- Des. Josué de Oliveira
- Des. Joenildo de Sousa Chaves
- Des. Atapoã da Costa Feliz
- Des. Hildebrando Coelho Neto
- Des. João Maria Lós
- Des. Divoncir Schreiner Maran
- Des. João Batista da Costa Marques
- Desª. Tânia Garcia de Freitas Borges
- Des. Paschoal Carmello Leandro
- Des. Julizer Barbosa Trindade
- Des. Romero Osme Dias Lopes
- Des. Carlos Eduardo Contar
- Des. Sérgio Fernandes Martins
- Des. Sideni Soncini Pimentel
- Des. Dorival Renato Pavan
- Des. Vladimir Abreu da Silva
- Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva
- Des. Fernando Mauro Moreira Marinho
- Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso
- Des. Dorival Moreira dos Santos
- Des. Marco André Nogueira Hanson
- Des. Manoel Mendes Carli
- Des. Ruy Celso Barbosa Florence
- Des. Francisco Gerardo de Sousa
- Des. Marcos José de Brito Rodrigues
- Desª. Maria Isabel de Matos Rocha

Realização: Secretaria de Comunicação Social do TJMS
 Jornalista Responsável: Marilda Silveira Camargo
 DRT 047/MS

Diagramação: Coordenadoria de Relações Públicas e Publicidade

Impressão: Coordenadoria Gráfica do TJMS

Tiragem: 300 exemplares

Circulação: Nacional

Fotos: Divulgação TJMS

Na Corregedoria-Geral de Justiça, sob a batuta do Des. Atapoã da Costa Feliz, foram inúmeras as ações voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, das atividades das serventias judiciais e extrajudiciais, incluindo os processos de acumulações e de desacumulações exigidos pela legislação em vigor.

Imperioso registrar a conclusão, no exercício 2012, do projeto de digitalização de todas as comarcas do Estado e do Tribunal de Justiça.

No aspecto de proteção aos magistrados e aos prédios do Poder Judiciário, o TJMS atendeu satisfatoriamente à Resolução n. 104, do Conselho Nacional de Justiça, ao estruturar a Coordenadoria-Geral de Segurança Institucional, formada pela Assessoria Militar e pela Assessoria de Inteligência, dotando-a de adequada composição de pessoal e de logística necessária ao funcionamento.

O Tribunal de Justiça também buscou, no ano de 2012, dar mais publicidade às suas ações, de tal arte a permitir que a população possa bem compreender a função do Poder Judiciário. Nesse sentido, foi criado o Comitê Gestor de Comunicação Institucional, a divulgação de notícias em redes sociais e a realização do 5º Seminário de Direito para Jornalistas, com o objetivo de torná-los mais bem capacitados na elaboração e na transmissão de notícias afetas à Justiça.

Enfim, com a sensação do dever cumprido, o Des. Hildebrando encerra a sua gestão, transmitindo a Administração da Corte Estadual ao próximo Presidente, Des. Joenildo de Sousa Chaves, o qual terá à frente novos desafios, já que comandar o Judiciário é buscar, a cada dia, decisões que possam, em última razão, satisfazer os interesses da sociedade e do destinatário da prestação jurisdicional. Desse modo, esta Revista, por todos os seus colaboradores, deseja votos de uma administração profícua e de sucesso ao novo Presidente.

Processo eletrônico está em 100% do Judiciário de MS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul finalizou a implantação do processo eletrônico em 100% das varas e comarcas do judiciário estadual. Somente no período de abril a novembro de 2012, sob a administração do Des. Hildebrando Coelho Neto, foi implantado o processo eletrônico em 15 comarcas, no Tribunal de Justiça e em 35 varas do Fórum de Campo Grande.

A partir de abril de 2012, as primeiras comarcas digitalizadas foram Pedro Gomes e Rio Brilhante, além das quatro Varas Criminais de Campo Grande. Em maio foi a vez de Inocência, Itaporã e das Varas da Infância e Juventude da Capital. No mês de junho foi implantado o processo eletrônico na Comarca de Corumbá, e em julho foi a vez de Bela Vista e Três Lagoas.

O próximo passo foi dado ainda em julho, com o início

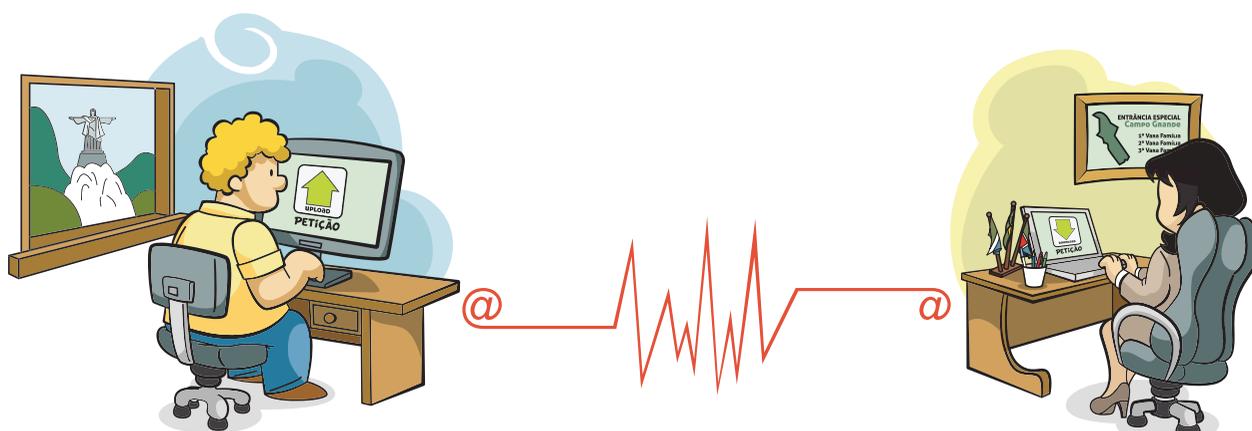
do peticionamento e tramitação eletrônica em segundo grau, com a migração do SAJ-SG3 para o SAJ-SG5, na Secretaria do Tribunal de Justiça. O TJMS é o primeiro tribunal do país que utiliza o sistema SAJ a integrar o sistema em 1º e 2º graus, permitindo assim a otimização do tempo, do trabalho e dos dados de cada processo.

No mês de agosto, o processo eletrônico foi implantado nas comarcas de Naviraí, Mundo Novo e Glória de Dourados. Em setembro, Sete Quedas e Itaquiraí tornaram-se comarcas digitais, e em outubro foi a vez de Eldorado e das 16 Varas Cíveis Residuais de Campo Grande.

O Poder Judiciário de MS concluiu 100% de suas varas e comarcas com processo eletrônico no mês de novembro de 2012, com a implantação em Porto Murtinho e Iguatemi, além de quatro Varas

Criminais; cinco Varas de Fazenda Pública e Registros Públicos; a Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos; a Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e cumprimento de cartas precatórias cíveis em geral; a Central de Cartas Precatórias Criminais; a Vara de Sucessões; e Executivo Fiscal Estadual, todas varas da Comarca de Campo Grande. A última comarca a receber a implantação do processo eletrônico foi Iguatemi, no dia 26 de novembro.

A digitalização de varas e comarcas de MS propiciou que fossem iniciados, no período de abril a dezembro de 2012, 254.944 processos eletrônicos na justiça de 1º grau e 10.266 na justiça de 2º Grau.



Judiciário de MS implanta **pregão eletrônico** nas licitações



O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul realizou, no dia 30 de novembro de 2012, o primeiro pregão eletrônico para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da justiça estadual. A modalidade presencial do pregão ainda será realizada, pois depende das especificidades de cada licitação para se definir se será eletrônico ou não. A intenção é que a modalidade eletrônica seja utilizada em 100% dos pregões já no ano de 2013.

A implantação do pregão eletrônico no Poder Judiciário Estadual proporciona vantagens e mais celeridade e segurança aos procedimentos licitatórios. Esta modalidade é realizada em sessão pública, por meio de sistema que promove a comunicação dos participantes pela *internet*. O aviso e o edital trazem o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão, a data e hora da realização e a indicação

de que o pregão será por sistema eletrônico.

Os licitantes ou os representantes legais devem estar credenciados no prazo mínimo de três dias úteis antes da data do pregão eletrônico. A participação se dá por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço em data e horário previstos no edital, exclusivamente pelo sistema.

Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais

licitantes, são realizados somente pelo sistema eletrônico, em formulários próprios.

São previamente credenciados pelo provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do TJMS, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participarem do pregão eletrônico.

O pregão eletrônico é conduzido pela Secretaria de Bens e Serviços, com apoio técnico e operacional do Departamento de Compras e de Licitações, que atua como provedor do sistema eletrônico para o Poder Judiciário do Estado.



Tribunal de Justiça cria Coordenadoria das Varas de Execução Penal

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul instituiu, por meio da Lei n. 4.228, de 20 de julho de 2012, a Coordenadoria das Varas de Execução Penal do Estado de Mato Grosso do Sul (COVEP), com a finalidade de exercer o efetivo controle e fiscalização do sistema carcerário e sistematizar a regionalização das Varas de Execução Penal.

A medida atende ao que dispõe a Recomendação n. 20, de 16 de dezembro de 2008, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e tende a organizar, de forma equânime, o contingente de presos nas unidades atualmente existentes, amenizando, assim, o problema da superlotação carcerária no Estado. Algumas comarcas não contam com unidade penitenciária local.

Vinculada à Corregedoria-Geral de Justiça, a COVEP tem um Coordenador-Geral, função ocupada pelo Des. Romero Osme Dias Lopes, e é composta, ainda, pelos juízes Alexandre Antunes da Silva, juiz auxiliar da Presidência, César Castilho Marques, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça; Albino Coimbra Neto, juiz da 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Campo Grande e Thiago Nagasawa Tanaka,

juiz de direito da Comarca de Campo Grande.

De acordo com a lei que instituiu a COVEP, o preso que não puder cumprir a pena em regime fechado na comarca de origem da ordem de prisão, deverá ser encaminhado, ainda que provisoriamente, para a comarca mais próxima integrante da mesma circunscrição. Se houver mais de uma unidade penitenciária na mesma circunscrição, o preso poderá ser recambiado para quaisquer destas, mantendo-se o número de presos em patamar de igualdade entre as unidades penitenciárias.

O gerenciamento global das transferências temporárias ou definitivas compete, supletivamente, sem prejuízo das atribuições específicas, na forma da Lei de Execução Penal, e por provocação da Agência Penitenciária Estadual (AGEPEN), à COVEP, e a necessidade de transferência de presos de uma circunscrição para outra deverá ser comprovada.

A COVEP julga os recursos administrativos decorrentes de remoções e recambiamentos efetivados, e pode se entender conveniente, suspender a

transferência questionada até o julgamento do recurso.

Dentre as diversas ações da Coordenadoria, no ano de 2012, foram realizadas visitas a presídios da capital e do interior do Estado, com o objetivo de verificar a situação da estrutura física carcerária e o tratamento dispensado aos presos. No mês de novembro, os membros da COVEP também se reuniram com todos os juízes que atuam nas Varas de Execução Penal em MS, com o intuito de informar os trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria e buscar a parceria dos magistrados para a efetividade de suas ações. Finalizando as ações do ano, em dezembro, a Coordenadoria encaminhou ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal um pedido de providências para a regularização do sistema penitenciário do Estado.

Na prática, a atuação da COVEP permite a utilização de mecanismos imprescindíveis ao efetivo controle da população carcerária e o monitoramento das vagas, cumprindo-se preceitos da legislação que regula a execução penal e a necessária fiscalização do sistema carcerário.

Tribunal institui Juiz de Cooperação

No mês de maio de 2012, o judiciário sul-mato-grossense continuou na vanguarda com a criação da figura do juiz de Cooperação no Tribunal de Justiça. Para a função, foi designado o juiz auxiliar da Presidência do TJMS, Carlos Alberto Garcete de Almeida.

A finalidade do Núcleo de Cooperação é institucionalizar meios que imprimam mais agilidade à comunicação entre órgãos judiciários. A criação do núcleo atende, também, à Resolução n. 38/11 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que se fixam orientações sobre mecanismos de cooperação judiciária entre os tribunais.

Assim, a cooperação judiciária será regida pelos

princípios da agilidade e da concisão, e será admissível para prática de todos os tipos de atos, providências, medidas, incidentes, procedimentos e ritos processuais.

O pedido de cooperação judiciária compreenderá a prestação de auxílio direto, reunião ou apensamento de processos, prestação de informações, cartas de ordem ou precatórias e atos concertados entre os juízes cooperantes.

Para que não existam dúvidas quanto aos atos entre os juízes nesta função, os atos podem ser citação, intimação e notificação, obtenção e apresentação de provas, coleta de depoimentos, medidas cautelares e antecipação de tutelas; medidas

e providências para recuperação e preservação de empresas, facilitação da habilitação de créditos, falência e recuperação judicial; transferência de presos; reunião de processos com conteúdo repetitivo; execução de decisões judiciais, incluídas as que tratem de interesse transindividual; reconhecimento de competência decorrente de conexão/continência ou vinculação; preferência legal de direitos, acautelamento e reserva de crédito.

O juiz de Cooperação integra a Rede Nacional de Cooperação Judiciária e cabe-lhe, essencialmente, facilitar a prática da cooperação, intermediando a comunicação entre juízes cooperantes.



TJMS cria Comitê Gestor e institui Política de Comunicação Institucional



Com o objetivo de aprimorar a comunicação com o público externo, um dos objetivos estratégicos do Judiciário Nacional, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul criou, no dia 27 de abril de 2012, o Comitê Gestor de Comunicação Institucional, órgão consultivo da Presidência nas questões relacionadas com as ações de comunicação social do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

A criação se justificou em razão do princípio constitucional da publicidade, do qual se extrai que o Poder Público deve agir com transparência e prestar contas de suas atividades à sociedade. Importante ressaltar que a comunicação é recurso estratégico de gestão na condução do alinhamento entre os planos

definidos pela instituição e suas ações.

A finalidade do comitê é atender à Resolução n. 85, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que se trata da Comunicação Social no Poder Judiciário brasileiro. Compõem o Comitê Gestor os desembargadores Joenildo de Sousa Chaves e Luiz Tadeu Barbosa Silva, o juiz auxiliar da Presidência do TJMS, Carlos Alberto Garcete de Almeida, o juiz de Entrância Especial, Olivar Augusto Roberti Coneglian, o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, César Castilho Marques, e a diretora da Secretaria de Comunicação, Marilda Silveira Camargo, sob a coordenação do primeiro.

Política – No dia 28 de agosto de 2012, foi publicada

no Diário da Justiça a resolução que implementa a Política de Comunicação Institucional (PCI) no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, que serve como instrumento orientador e normatizador para melhorar os processos de comunicação.

A finalidade dessa Política é orientar e desenvolver ações permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação, alinhadas ao planejamento estratégico institucional em todos os órgãos que integram o Poder Judiciário de MS.

As ações da Comunicação Social do Poder Judiciário compreendem as áreas de Imprensa, Relações Públicas, Comunicação Digital e Publicidade, sendo esta de utilidade pública e institucional. Diante disso, são considerados pressupostos da PCI a vinculação ao planejamento estratégico institucional, cujo objetivo é disseminar a missão, a visão e os valores do Tribunal, com vistas ao alcance das metas institucionais, a identificação e o desenvolvimento das habilidades comunicacionais de magistrados e servidores.

Justiça estadual adere a redes sociais



Desde o dia 5 de junho de 2012, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul entrou de vez no ambiente das redes sociais, com o lançamento de perfis do TJMS no *Twitter* e no *Flickr*. Com essas novas ferramentas disponíveis, o judiciário estadual visa assegurar mais transparência aos atos institucionais e possibilitar mais proximidade no relacionamento com a sociedade.

O lançamento oficial foi realizado pelo Comitê Gestor de Comunicação Institucional do Poder Judiciário de MS, com representantes dos veículos de comunicação da capital. As informações, sejam por meio de textos ou fotos, podem ser acessadas e atualizadas com mais rapidez com o auxílio de ferramentas como o *Facebook*, *Twitter*, *Flickr*, *Youtube* e *RSS*. Atualmente, o judiciário sul-mato-grossense disponibiliza as seguintes redes sociais à população:

Twitter – O *twitter* do TJMS permite atualizações, em tempo

real, dos acontecimentos do judiciário sul-mato-grossense, as quais são enviadas aos usuários seguidores que tenham assinado para recebê-las. Para receber o conteúdo do TJMS no *Twitter*, é necessário ter uma conta no microblog e fazer a opção por seguir a página eletrônica do Tribunal.

Flickr – É um *site* da *web* de hospedagem e partilha de imagens fotográficas, caracterizado também como rede social. O *Flickr* permite ao Judiciário de MS criar álbuns para armazenamento de imagens institucionais, disponibilizadas aos usuários externos. O *Flickr* organiza e classifica as fotos predominantemente por meio de categorias - apelidadas de *tags* (ou etiquetas), o que torna o processo de busca fácil, ágil e totalmente interativo.

Com a utilização dessa rede social, são disponibilizadas na *web* fotos de todos os eventos do Judiciário de MS registrados pela Comunicação Social.

Facebook – Lançado em novembro de 2011, o Tribunal de Justiça de MS possui página no *Facebook*, com o objetivo de promover o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul para a sociedade mostrando o trabalho, as funções e as atividades da justiça estadual.

Youtube – O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul disponibiliza no *Youtube*, desde agosto de 2009, os vídeos produzidos pela Secretaria de Comunicação Social e as entrevistas concedidas pelos magistrados de MS nas tvs locais.

RSS – O serviço de *RSS* envia ao internauta as notícias do TJMS e permite a visualização customizada. Esse mecanismo permite que notícias sejam alimentadas (*feed*) automaticamente, assim que os textos são publicados no site do TJ. No portal do Tribunal de Justiça esse serviço está disponível para os usuários desde fevereiro de 2007.

Comissão de Segurança atua em prol de magistrados e servidores

Desde sua criação, em julho de 2010, a Comissão Permanente de Segurança Institucional atua com medidas proativas e reativas no tocante às situações de risco enfrentadas por magistrados e servidores no cumprimento de sua missão.

Nos trabalhos desenvolvidos em reuniões periódicas, diversos pontos de evolução já deliberados pela Comissão podem ser destacados:



Criação e implantação da brigada antissinistros do Tribunal de Justiça e dos Fóruns do Estado;

Implantação de sistema de videomonitoramento do TJ, Fórum de Campo Grande e Fórum do Juizado Central;

Blindagem de veículo para servir à proteção de magistrado em situação de risco;

Instalação de cercas, tipo concertinas, nos Fóruns do Estado;

Estudos e regulamentação, em Mato Grosso do Sul, da Lei n. 12.694/2012, que dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas;

Casos referentes a magistrados ameaçados, em decorrência do exercício da judicatura, inclusive com a realização de contato direto com os juízes *in loco* ou por videoconferência, sendo possível obter esclarecimentos e detalhamento das ações a serem desencadeadas em relação às providências pleiteadas. Em 2012 foram nove procedimentos destinados a apurar eventuais ameaças e seis outras demandas diretas de magistrados;

Implantação de melhorias nos sistemas de segurança, com adoção de controle de acesso identificado e instalação de detectores de metais por meio de portas giratórias automáticas, com início nos prédios do Tribunal de Justiça;

Análise e desenvolvimento de ações com vistas ao saneamento dos pontos vulneráveis ainda existentes em termos de segurança em todos os prédios da justiça sul-mato-grossense;

Criação da Coordenadoria Geral de Segurança Institucional do Poder Judiciário, como medida concreta de proatividade ao dar suporte operacional à execução dos trabalhos afetos à Comissão Permanente de Segurança Institucional;

Realização de curso, pela Academia de Polícia – ACADEPOL, da Polícia Civil, sobre Fundamentos Básicos de Inteligência e Contraineligência, para a adoção de medidas que garantam a segurança dos magistrados;

Realização de palestra aos servidores do Tribunal de Justiça sobre Segurança Institucional, proferida por integrantes da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência;

Realização de palestras aos servidores do Fórum de Campo Grande e do Tribunal de Justiça sobre *Prevenção e combate a incêndios*, proferidas por integrantes do Corpo de Bombeiros de MS;

Treinamento presencial/operacional dos servidores realizado em Grupamento do Corpo de Bombeiros para a formação das equipes das Brigadas Antissinistros;

Implantação de normas de segurança no controle de acesso ao prédio do Tribunal de Justiça de MS, resguardando a segurança patrimonial e a integridade física dos que trabalham no TJ e de visitantes que circulam pelas dependências do prédio.



A Comissão Permanente de Segurança Institucional é presidida pelo Des. Vladimir Abreu da Silva. Também a compõem o juiz auxiliar da Presidência do TJMS, Carlos Alberto Garcete de Almeida, o juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Albino Coimbra Neto, o juiz vice-presidente da Associação dos Magistrados de MS (Amamsul), Wilson Leite Correa, o assessor de inteligência do TJMS, Delegado Edi Ederaldo de Almeida, e o ajudante de ordens do TJMS, Ten Cel Paulo Rogério de Carvalho Silva.



TJ instala novas Varas Criminais de Campo Grande



No dia 16 de abril de 2012, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul instalou as 5ª e 6ª Varas Criminais de Campo Grande. Com isso, a distribuição de novos inquéritos policiais e novas ações penais para a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª varas criminais residuais ficaram suspensas até o dia 14 de agosto, para igualar o número de procedimentos em trâmite em cada unidade jurisdicional.

Para se ter uma ideia do volume de processos nas varas residuais da capital, dados da Assessoria de Planejamento do TJMS apontam que, em março de 2012, nas quatro varas, até o dia 22, tramitavam 11.063 processos - montante que retrata o excesso de feitos. Na 1ª Vara Criminal eram 2.309 processos, com média mensal de distribuição de 155 novos processos.

Na 2ª Vara Criminal eram 2.744, com média mensal de 142 feitos novos. Na 3ª Vara Criminal, 3.393 processos, cuja média atingiu 140 novos casos por mês, e na 4ª Vara Criminal, 2.617 processos, com 140 feitos de média mensal. Com a instalação das novas varas, um dos objetivos foi evitar que os processos demorassem para ser instruídos e julgados, evitando a ocorrência de prescrição e proporcionando uma prestação jurisdicional mais rápida.

As 5ª e 6ª Varas Criminais de Competência Residual da Comarca de Campo Grande possuem cartório único e iniciaram as atividades trabalhando exclusivamente com processos eletrônicos.



Instalada Vara Criminal na Comarca de Coxim

Em solenidade marcada pela presença de diversas autoridades, foi instalada, no dia 31 de agosto, na Comarca de Coxim, a mais nova composição do Fórum, a Vara Criminal. Reivindicação antiga de juizes e operadores do direito da região norte de Mato Grosso do Sul, a solicitação pôde ser efetivamente realizada pela administração do Tribunal de Justiça.

Com uma população de aproximadamente 32,1 mil habitantes, Coxim é comarca de 2ª entrância e, até então, contava com duas varas para a prestação jurisdicional à população da região. Dados da Assessoria de Planejamento do TJMS demonstraram que a demanda dos processos criminais vinha aumentando, o que levou a confirmar a necessidade de

uma vara especializada para julgamento dos feitos criminais.

Em 2010, na Comarca, foram autuados 2.535 novos processos criminais; em 2011, a distribuição desse tipo de processo cresceu aproximadamente 17%, sendo 2.959 autuações. Em 2012, até o dia 29 de agosto, já haviam ingressado naquela comarca 2.148 processos.

Os números mostraram a necessidade das três varas, já que o montante em tramitação não sofre alterações significativas de redução e resulta em sobrecarga de trabalho para juizes e servidores, além de mais tempo na prestação jurisdicional.

Para a aprovação da instalação da Vara Criminal em Coxim, foram considerados diversos fatores, como a necessidade de uma vara com

competência para os feitos criminais, a existência de estrutura física para receber tal vara (tanto cartório quanto gabinete), os juizes das duas varas cederam servidores e entregaram os processos já digitalizados e, principalmente, que a medida não representasse impacto financeiro ao Judiciário, por conta da desinstalação da 1ª Vara Cível em Rio Brillante.

À Vara Criminal ficaram vinculadas as ações criminais, as de execução penal e as referentes ao Tribunal do Júri. O Juizado Especial Adjunto está vinculado por um ano, já que as normas do Poder Judiciário preveem que o JEA fique por 12 meses sob a responsabilidade do juiz mais moderno.

Comarca de Dourados passa a contar com quatro varas criminais



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul instalou, no dia 24 de setembro de 2012, a 4ª Vara Criminal da Comarca de Dourados, com competência para julgar os processos do Tribunal do Júri, violência doméstica e familiar contra a mulher e cartas precatórias. A criação de mais uma vara criminal surgiu diante da sobrecarga de feitos em andamento nas demais varas criminais da comarca.

A estrutura física para receber a referida vara já existia, tanto no que se refere ao cartório quanto ao gabinete, e os feitos criminais que tramitavam nas 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais de competência da nova vara foram redistribuídos.

A medida foi necessária em razão de as três varas criminais estarem sobrecarregadas, pois é crescente o número de feitos distribuídos diariamente, resultando em um número invencível de processos em trâmite nas varas e extensas pautas de audiências.

A solenidade de instalação da 4ª Vara Criminal foi aberta pelo presidente do TJMS, Des. Hildebrando Coelho Neto, e contou com a presença da juíza diretora do Foro de Dourados, Dileta Terezinha Souza Thomaz, do juiz auxiliar da Presidência do TJ, Carlos Alberto Garcete, demais juízes da Comarca, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, dentre outros.

Números - De acordo com a Assessoria de Planejamento do TJMS, o número de processos distribuídos nas varas criminais de Dourados, no período de maio de 2011 a abril de 2012, mostrava o tamanho da demanda, totalizando 8.379 processos.

Dados do relatório da Assessoria de Planejamento (maio de 2011 a abril de 2012) apontaram que, na 1ª Vara Criminal, havia 2.889 processos em andamento, com média mensal de 241 processos

distribuídos; na 2ª Vara Criminal eram 2.674, com média mensal de 223 processos distribuídos; e na 3ª Vara Criminal, 1.507 processos e média mensal de 126 feitos distribuídos. No mesmo período foram distribuídas 4.305 cartas precatórias nas três varas.

E mais: em abril de 2012 havia 276 processos em andamento na 3ª Vara Criminal, de competência do Tribunal do Júri; 639 cartas precatórias nas três varas criminais e os feitos relativos à violência doméstica somaram 607 processos em andamento nas 1ª e 2ª Varas Criminais. Isso significa que a nova vara recebeu, aproximadamente, 850 processos do Tribunal do Júri e violência doméstica, além de 600 cartas precatórias criminais.

Comarca de Campo Grande recebe 2ª Vara da Violência Doméstica



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul instalou, no dia 23 de novembro de 2012, a 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Campo Grande. A instalação da nova vara possibilitou uma resposta mais rápida aos jurisdicionados, de modo a atender aos princípios constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo.

A 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher na Comarca de Campo Grande foi instalada em razão da crescente e invencível demanda, com o objetivo de amenizar a sobrecarga de feitos em trâmite na serventia já existente. Os

processos em andamento na Vara da Violência Doméstica foram redistribuídos, na mesma proporção, entre ambas as Varas.

Conforme a norma que instalou a nova vara, a 1ª e 2ª Varas da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher têm a competência para processar, julgar e executar as causas criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo a execução de penas restritivas de direitos aplicadas em substituição às privativas de liberdade e as causas cíveis que decorram de crimes dessa natureza, nos termos da Lei n. 11.340, de 7 de

agosto de 2006 e, igualmente, as Cartas Precatórias extraídas de processos fundados na mesma Lei.

Com essas alterações, a então vara única de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Campo Grande passou a denominar-se 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, enquanto a nova Vara instalada foi denominada 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Concurso seleciona novos magistrados para o Judiciário de MS



Está em andamento o XXX Concurso para o cargo de Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul. O certame contabiliza 2.689 inscritos, dos quais 2.146 compareceram à primeira etapa. O último concurso realizado teve 2.130 inscritos.

São 24 vagas para o cargo, cuja remuneração inicial é de R\$ 18.610,06. O concurso é composto por 5 etapas, das quais as duas primeiras foram realizadas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/PR).

Até o mês de janeiro de 2013, foram realizadas a prova objetiva, no dia 29 de julho de 2012, a prova discursiva I, em 23 de setembro de 2012, com a participação de 290 candidatos, e as provas discursivas II e III (práticas de sentenças penal e cível), nos dias 19 e 20 de janeiro. Na terceira etapa, com caráter eliminatório, os organizadores farão uma sindicância da vida pregressa, investigação social do candidato, exame de sanidade

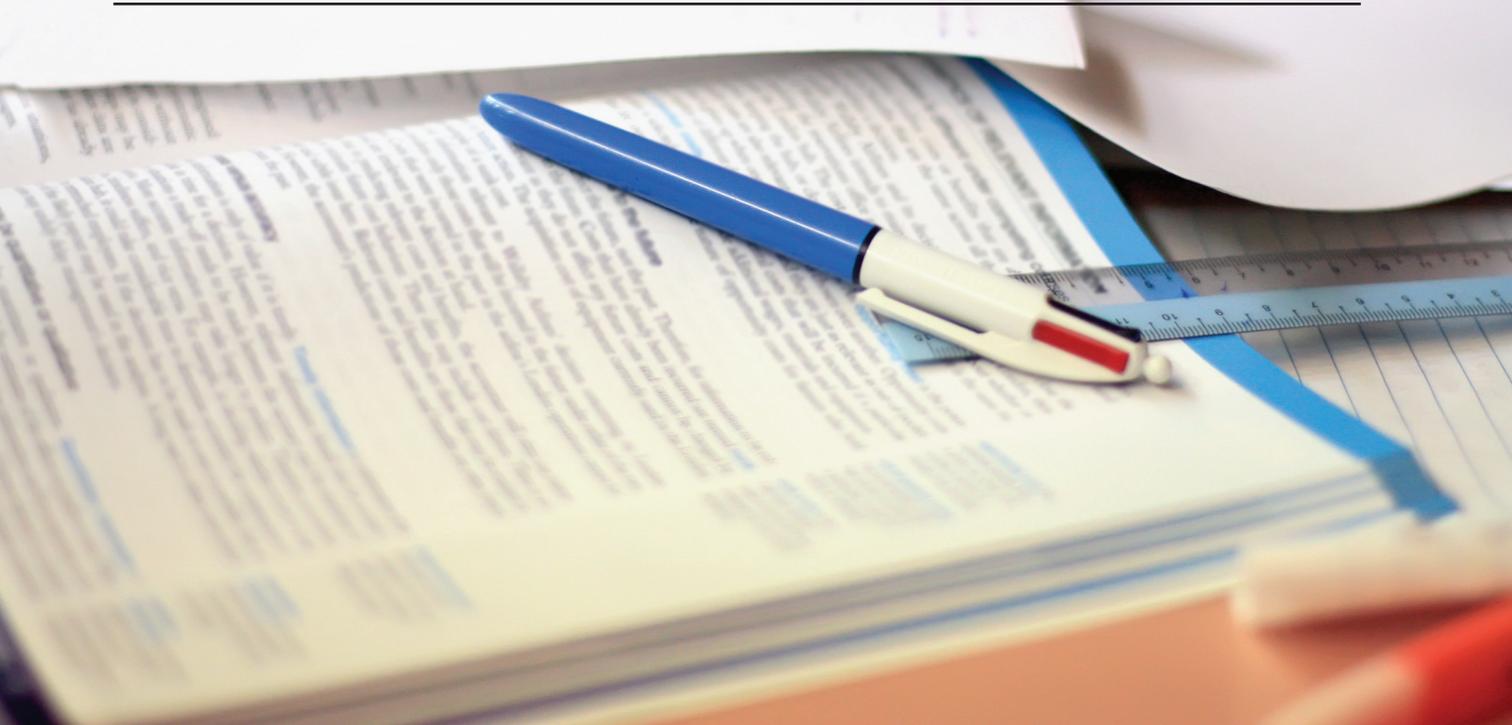
física e mental, além de exame psicotécnico. A quarta etapa será composta pela entrevista e prova oral, e na quinta etapa serão avaliados os títulos apresentados.

Participaram da primeira etapa 2.146 candidatos, número recorde de inscritos, vindos dos 26 estados da federação e do Distrito Federal. Desses, 11 são portadores de necessidades especiais. Mato Grosso do Sul foi o estado com maior número de inscritos, totalizando 738, dos quais 524 são de Campo Grande. Os estados vizinhos a MS vieram na sequência na quantidade de candidatos: São Paulo foi o estado com segundo maior número, com 595, seguido do Paraná com 322, Goiás com 194, Minas Gerais com 169 e Mato Grosso com 122. O estado do Amapá contabilizou o menor número de inscritos, com 5 candidatos vindos de Macapá, capital.

O prazo de validade do concurso será de dois anos,

contados da publicação da homologação do resultado final, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal de Justiça. O concurso está sob a supervisão da comissão do concurso do TJMS, com a participação, em todas as etapas, de representante da OAB/MS.

Os juízes substitutos nomeados e empossados serão inscritos, de ofício, na Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (EJUD/MS), para curso preparatório, com duração de três meses. O presidente do Tribunal de Justiça designará os juízes substitutos para atuar como coadjuvantes nas varas da Capital. No final do curso, cada juiz será avaliado e, se aprovado, designado para atuar ou auxiliar em comarcas ou varas, por determinação do Conselho Superior da Magistratura.



TJ realiza VI Concurso Público de Servidores

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul realizou, no segundo semestre de 2012, o VI Concurso Público de provas para provimento de cargos públicos da estrutura funcional do Poder Judiciário de MS. O certame destina-se a atender as necessidades operacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça e das comarcas do Estado.

De caráter eliminatório e classificatório, as provas escritas para os inscritos aos cargos de técnico de nível superior (diversas áreas) e analista judiciário (área fim e área meio) ocorreram no dia 26 de agosto, em Campo Grande,

Dourados, Corumbá, Aquidauana, Coxim, Jardim, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas.

Para esta edição do concurso inscreveram-se 8.523 candidatos, porém somente 7.745 fizeram a prova escrita em busca das vagas oferecidas para os 18 cargos previstos no edital. O índice de abstenção foi de 9,13%.

Os candidatos concorrentes ao cargo de Analista Judiciário – área fim e área meio –, aprovados nas provas escritas, realizaram prova prática de digitação, de caráter eliminatório, no dia 23 de setembro.

Os aprovados serão nomeados, conforme o interesse da Administração, observada a rigorosa ordem de classificação obtida pelos candidatos. De acordo com o edital, o certame terá validade por dois anos, a contar da data da publicação oficial da homologação, dia 6 de novembro de 2012, e pode ser prorrogado por igual período, a critério da Administração do TJMS.

Até o final de 2012 foram nomeados 38 candidatos.



Administração aprova concessão do **Auxílio Educação Infantil** para servidores

Em dezembro de 2012 foi aprovado o anteprojeto para a alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul para a inclusão de mais um benefício a ser concedido a seus servidores: o Auxílio Educação Infantil.

A proposta é de que o Auxílio Educação Infantil seja pago aos servidores em exercício, com filhos ou criança sob guarda judicial, com idade de seis meses a cinco anos e onze meses, matriculados na rede de ensino infantil, creche ou pré-escola, regularmente autorizada.

O benefício vai ao encontro do que assegura a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXV. Assim, o auxílio tem como destinatário a criança ou o dependente legal do servidor.

Atualmente o Tribunal de Justiça conta com o Centro de Recreação Infantil (CREI) que atende aos filhos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e Fórum da Comarca de Campo Grande.

No entanto, há um contingente de crianças que não são atendidas, por falta de vagas e, por outro lado, nas comarcas do interior do Estado, o TJMS não possui condições de disponibilizar o serviço de creche.

A concessão do benefício tem caráter democrático, já que busca dar tratamento isonômico a todos os servidores do Poder Judiciário de MS.

Servidor do interior consegue benefícios na homologação de licença médica



A concessão de diárias do Poder Judiciário de MS sofreu uma alteração significativa no ano de 2012. Agora, o servidor em licença médica, que necessitar se deslocar para outra comarca a fim de realizar a perícia de homologação, faz jus ao pagamento de diária e passagem para deslocamento. A regularização do benefício se deu por meio da Resolução n. 78, de 5 de setembro de 2012.

O PJMS possui 54 comarcas em todo o Estado, mas apenas 21 delas contam com o serviço de médicos peritos ou Grupos Regionais de Perícia Médica credenciados para a homologação das licenças para tratamento de saúde.

Antes da concessão do benefício, para se locomover aos locais com o serviço médico credenciado, necessitava arcar com o valor da passagem rodoviária, alimentação e, em alguns casos, pernoitar na localidade. Tudo isso em função da exigência de que a licença médica seja homologada pela Fundação Serviços de Saúde de MS (FUNSAU).

Assim, são beneficiados com a disponibilização de diária e passagem rodoviária todos os servidores das comarcas do interior do Estado que necessitem se deslocar de sua comarca de lotação para periciar licenças médicas em local diverso.

Com isso, busca-se oferecer melhoria na qualidade de vida e saúde, somado ao interesse da administração do TJMS em valorizar seus servidores.



Justiça estadual investe na infraestrutura de edificações

No biênio 2011/2012, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul realizou diversas obras na Capital, Tribunal de Justiça e Fórum de Campo Grande, e nas comarcas do interior do Estado.

No mês de maio de 2012, foi finalizada a construção do Fórum de Anastácio e, em junho, foi entregue a reforma geral do prédio da Comarca de Dourados. Durante o ano também foram realizados reparos nas oficinas e cobertura para veículos oficiais na edificação da Secretaria de Bens e Serviços, e construção de estacionamento e piso tátil nas edificações dos fóruns de Corumbá e Paranaíba.

Além desses trabalhos já concluídos, a Secretaria de Obras do TJMS iniciou as seguintes obras:

- Tribunal de Justiça: adequações devido à construção do anexo;

- Tribunal de Justiça: aquisição de elevador;

- Sete Quedas: construção do prédio do Fórum;

- Nova Alvorada do Sul: construção do prédio do Fórum;

- Campo Grande: execução de garagem coberta no Fórum;

Para o início de 2013 estão em licitação as obras e serviços:

- Gabinetes dos Desembargadores, Secretaria do Tribunal de Justiça e Fórum de Campo Grande: limpeza dos dutos do ar-condicionado;

- Ivinhema: reforma com ampliação no prédio do Fórum;

- Miranda: construção do prédio do Fórum;

- Chapadão do Sul: pintura e reparos no prédio do Fórum;

- Porto Murtinho: pintura e pequenos reparos no prédio do Fórum.

Também está em estudo a compra de um imóvel, em Campo Grande, para atender aos Juizados e outros setores do Poder Judiciário, e prevista a licitação da terceirização da mão de obra de manutenção predial.

Presidente inaugura novas instalações em Anastácio e Dourados

Em 2012, duas importantes obras foram entregues à comunidade jurídica e à população sul-mato-grossense.

Anastácio - No dia 25 de maio de 2012, foi realizada a inauguração do novo Fórum de Anastácio. O prédio entregue pelo Poder Judiciário tem um diferencial: sustentabilidade e eficiência energética. O local tem sistema de captação, armazenagem e reaproveitamento de águas pluviais para limpeza externa e molhagem do jardim.

Mesmo sendo comarca de 1ª entrância, o prédio tem 1.071,15 m² - a mesma estrutura de um fórum de 2ª entrância, com dois conjuntos de gabinetes e salas de audiências, plenário para Tribunal do Júri, dois cartórios cível/criminal, cartório do Juizado Especial, local para audiência do juizado, assessoria, distribuição, secretaria, sala de oficiais de justiça, central de mandados, sala para o Projeto Padrinho, para assistente social, Defensoria, Promotoria, além de banheiros coletivos e *hall* de entrada com espera.



A obra começou em janeiro de 2011, e conta, ainda com estacionamento privativo, proporcionando mais segurança aos magistrados, e estacionamento para os servidores e público. A exemplo de outros prédios do Poder Judiciário, a edificação está em total consonância com a Lei de Acessibilidade, em razão das rampas, sinalização tátil de pisos e calçadas, além de banheiros

adaptados para atender às pessoas portadoras de necessidades especiais.

E mais: os aparelhos de ar-condicionado são do tipo *split*, para garantir mais eficiência energética e menos custo. As telhas são termoacústicas, as paredes foram pintadas em cores predominantemente claras, as luminárias e lâmpadas são de alta

eficiência, além de privilegiar a iluminação natural e manter boa taxa de permeabilidade do solo, com ampliação de áreas gramadas em detrimento a pisos impermeáveis.

Dourados - No dia 2 de agosto de 2012, foi inaugurada a reforma do prédio do Fórum de Dourados, nominado juiz João Adolfo Astolfi. Dentre as muitas alterações, houve revisão geral da cobertura, com a troca da

impermeabilização, e alteração do *layout* para acomodar o prédio dos Juizados Especiais, antes instalados em outro local.

Segundo dados da Secretaria de Obras, houve também revisão e atualização de toda a parte elétrica, lógica e iluminação, instalação de sistema de som e segurança com câmeras de monitoramento, construção de banheiros; instalação de elevador moderno e adequado, recuperação da fachada, instalação de sistema de ar-condicionado *split*, por ser mais econômico, além da reforma do Tribunal do Júri, com troca de mobiliário.

No quesito acessibilidade, a preocupação foi a adaptação do prédio para atender adequadamente às pessoas portadoras de necessidades especiais e à instalação de piso tátil nas calçadas. No total, a área de reforma abrangeu aproximadamente 3.470 m², já que o prédio possui três pavimentos.





TJMS renova e amplia frota de veículos oficiais

A frota de veículos oficiais do Poder Judiciário de MS mereceu especial atenção durante o ano de 2012. Foram feitos investimentos na ordem de R\$ 1.124.129,00 para a aquisição de 22 novos veículos.

São 16 veículos Fiat Uno, cinco saveiros e um ônibus, este para a 8ª Vara do Juizado Especial - Justiça Comunitária e Itinerante, que até então realizava os atendimentos em um veículo cedido ao PJMS.

Antes das aquisições, a frota de veículos oficiais era composta por 108 veículos, dos quais três eram destinados à representação, cinco para uso institucional e 100 para os serviços realizados no Poder Judiciário.

No mês de agosto de 2012 foi assinado o contrato para o fornecimento do ônibus, com a prestação de serviços de transformação, instalação e montagem de unidade móvel, tipo “motor home”, para bem atender ao expediente prestado à sociedade pela Justiça Itinerante.

No mesmo mês foi publicada a Portaria n. 412, que constituiu a Comissão de Revisão da padronização dos veículos utilitários do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. A medida foi tomada para acompanhar as constantes inovações tecnológicas da indústria automobilística, tornando-se imprescindível a realização de estudo para padronização.

Com as orientações da Comissão, é possível readequar as novas aquisições dos veículos da frota do PJMS às exigências atuais da Administração Pública.

Em setembro, para a substituição de veículos já desgastados pelo uso no expediente de transporte a serviço do Poder Judiciário, foram adquiridos os veículos Fiat Uno, 2012/2013. No início de dezembro, ainda como reforço para a frota de veículos, foram adquiridas as saveiros, entregues em janeiro de 2013.

O novo ônibus da Justiça Itinerante entrou em funcionamento no dia 14 de janeiro de 2013.

Justiça de MS cumpre Metas Nacionais do Judiciário em 2012

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul cumpriu integralmente as cinco Metas Nacionais do Judiciário no ano de 2012. Desde 2009, o CNJ estabelece anualmente metas para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população pelo Poder Judiciário de todo o país. Para 2012, a Justiça Estadual recebeu a missão de cumprir cinco metas, que foram estabelecidas em novembro de 2011, durante o V Encontro Nacional do Judiciário, em reunião entre os presidentes e representantes dos tribunais do país.

Confira as metas da justiça estadual e o desempenho do TJMS:

META 1 – Julgar quantidade maior de processo de conhecimento do que os distribuídos em 2012.

O Tribunal de Justiça de MS apresenta 103,3% como índice de cumprimento em 1º grau, e a média de primeira e segunda instância alcança 101,04%. **Meta cumprida.**

META 2 – Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2007 nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º grau da Justiça Estadual.

Para essa meta, o TJMS também conta com um “processômetro”, de atualização mensal. O cumprimento da meta já ultrapassou ao estabelecido, pois, dos 45.361 autos distribuídos, já foram julgados 45.343, ou seja, 99,99% dos processos, tendo o índice superior aos 90% estipulados pelo CNJ. **Meta cumprida.**

META 3 – Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (*internet*), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.

As informações podem ser consultadas no Portal do Tribunal, no quadro de busca intitulado Consulta Processual. A consulta abrange os processos de 1º e 2º graus e Juizados. Os interessados podem filtrar a busca por Comarca, texto ou então pesquisar por número do processo, nome ou documento da parte, nome ou número da OAB do advogado ou outro número que componha o processo. **Meta cumprida.**

META 4 – Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.

Meta cumprida com o Provimento n. 262, que criou a figura do Juiz de Cooperação do Tribunal de Justiça, e com a Portaria n. 232/12, que designou o juiz Carlos Alberto Garcete de Almeida para exercer tal função, ambos publicados no Diário da Justiça no início do mês de maio de 2012.

META 5 – Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.

Meta cumprida pelo TJMS. As instruções para utilização do serviço constam no portal de serviços do e-Saj, que é uma solução para facilitar a troca de informações e agilizar o trâmite processual por meio de diversos serviços WEB voltados para os advogados, cidadãos e serventuários do Judiciário.

Tribunal de Justiça julga mais de 42 mil processos em 2012

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul julgou, no ano de 2012, o total de 42.021 processos, de acordo com o balanço da Secretaria Judiciária do TJMS. Nesse período foram distribuídos 45.713 processos, dentre recursos e ações de competência originária.

Do total, 33.919 feitos foram distribuídos entre as cinco Câmaras Cíveis, ou seja, 74,19% do total de processos protocolados. O que, na verdade, comprova a tendência já apontada nos anos anteriores da grande movimentação processual na área cível.

O órgão julgador com mais decisões foi a 3ª Câmara Cível, com 8.339 processos julgados em 2012. O segundo lugar ficou com a 1ª Câmara Cível, com 6.875 ações. E, na sequência, apareceu a 5ª Câmara Cível, com 5.954 decisões. A soma das três câmaras julgadoras atinge o número de 21.168, o que representa o percentual de 50,37% de todas as decisões proferidas.

Diversos órgãos julgadores superaram o número de feitos distribuídos

no julgamento. Dentre eles está o Órgão Especial, em que o número de julgamentos superou o de distribuição em 12,86%.

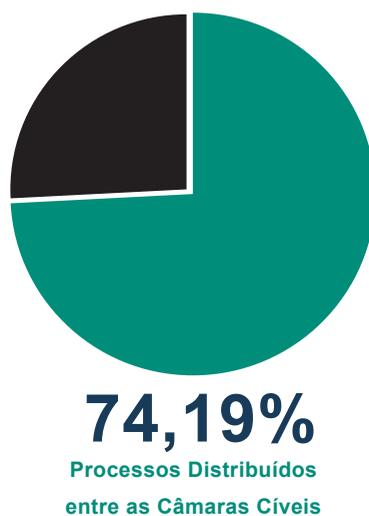
Os números são referentes às Seções, Câmaras e ao Órgão Especial, excluídos os feitos processados nos Gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência.

O ano de 2013 iniciou com quase 11 mil processos pendentes de julgamento.

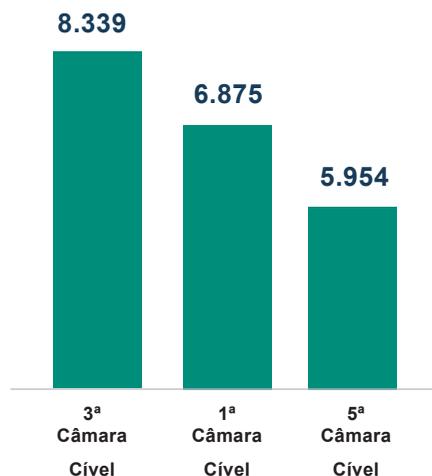
Nova Coordenadoria
- Em 2012 foi criada a

Coordenadoria de Remessa aos Tribunais Superiores, vinculada ao Departamento Judiciário Auxiliar da Secretaria Judiciária.

A criação da nova Coordenadoria deu-se em face da necessidade de digitalização de mais de 195 mil laudas por mês dos processos que são remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, além dos processos físicos encaminhados via malote ao Supremo Tribunal Federal.



Número de decisões por órgão julgador



1º Grau: Número de processos sentenciados aumenta em 2012

A movimentação processual em 1º Grau da Justiça Estadual, de abril a dezembro de 2012, apresentou um crescimento de 2,5% no número de processos sentenciados em relação ao mesmo período de 2011.

Em 2012, no período mencionado, foram distribuídos na Justiça Comum 213.815 processos e sentenciados 132.820. Em 2011 foram 225.851 distribuídos e 129.554 sentenciados.

No início de abril de 2011, tramitavam em primeira instância na Justiça Comum 632.687 processos. Em 2012, com um aumento de 2,2%, no mesmo período estavam em andamento 647.064 processos.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL - 1º GRAU			
2011		2012	
DISTRIBUÍDOS	293.706	DISTRIBUÍDOS	278.736
SENTENCIADOS	173.362	SENTENCIADOS	183.305

No balanço geral do ano, de janeiro a dezembro, houve um decréscimo no número de distribuição, pois em 2011 foram 293.706 novas ações contra 278.736 de 2012.

O número de sentenças, ao contrário da tendência da distribuição, aumentou de 173.362 para 183.305, ou seja, 5,7% no balanço geral do ano da justiça de 1º Grau sul-mato-grossense.

O ano de 2012 encerrou com 636.877 processos em andamento.

Juizados Especiais tiveram aumento de 11,24% no número de sentenças em 2012

Os Juizados Especiais, em todo Mato Grosso do Sul, registraram 11,24% a mais de sentenças em relação ao ano anterior. São 108.190 processos decididos em 2012 contra 97.253 de 2011.

O número de feitos distribuídos também tiveram aumento de 5,79%. Foram 118.073 novos processos em 2012. Em 2011 esse número ficou em 111.604.

De abril a dezembro de 2012, foram distribuídos 88.560 processos e 82.397 sentenciados. Os números também representaram aumento de serviços nos Juizados Especiais, em comparação ao mesmo período do ano anterior, em que foram distribuídos 84.335 e sentenciados 72.768 processos.



2012 – Ano de realinhar metas do Planejamento Estratégico

No início de 2012, foi verificada a necessidade de realinhar o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul referente ao quinquênio 2010-2014. Depois de levantamento e estudo sobre as 75 metas, verificou-se que existiam metas incompatíveis com a realidade ou que eram meros processos operacionais e/ou com indicadores que precisavam ser reformulados.

Assim, no dia 9 de maio, o Comitê de Gestão Estratégica do Poder Judiciário reuniu-se para discutir, rever e deliberar sobre o Planejamento Estratégico, e aprovada a

manutenção/alteração de 35 metas e a criação de mais 2, totalizando as 37 metas que norteiam as ações do Poder Judiciário até 2014.

As metas estão distribuídas anualmente, das quais 10 são para o ano de 2010, 3 para 2011, 9 para 2012, 1 para 2013 e 14 para 2014. Das 9 metas pontuadas para 2012, 8 delas foram cumpridas no decorrer do ano.

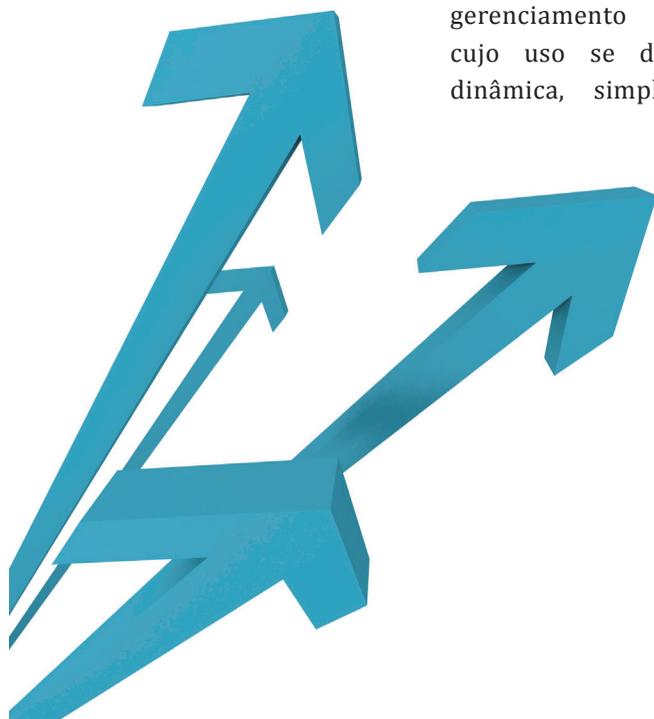
Inovação – Uma inovação no gerenciamento do Planejamento Estratégico do Judiciário de MS foi a aquisição da ferramenta GP-Web, um sistema livre de acompanhamento do plano e gerenciamento de projetos, cujo uso se dá de forma dinâmica, simples, racional

e econômica, sobretudo porque esse gerenciamento vinha sendo feito de forma manual, mediante o uso de planilhas e editores de textos, aplicativos convencionais e não direcionados à área.

Realinhamento - O SAJ Estatística, criado para facilitar a coleta de dados estatísticos no Judiciário de MS, passou por um realinhamento no ano de 2012. A medida ocorreu em razão da adequação do sistema aos parâmetros considerados pelo Sistema Justiça em Números, referentes às Tabelas Processuais Unificadas, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em consonância com as Tabelas Processuais Unificadas, o realinhamento permitiu a padronização nas rotinas de pesquisa do SAJ Estatística, referente aos indicadores do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelecido pela Resolução n. 76 do CNJ.

Assim, o levantamento dos dados estatísticos com mais eficiência, a padronização e transparência nas informações do Judiciário de MS e a confiabilidade dos dados são vantagens proporcionadas pelo realinhamento do SAJ Estatística.





Vice-Presidência despachou mais de 4,5 mil precatórios em 2012

Durante a gestão do Des. João Batista da Costa Marques, no período de abril a dezembro de 2012, o Departamento de Precatórios do Tribunal de Justiça teve 4.593 precatórios despachados. Desses, 913 foram decisões com extinção do processo. Já as requisições de pequenos valores totalizaram, em despachos, 4.863 processos.

No período foram recebidos 1.697 novos precatórios, dos quais foram registrados 411 orçamentários e 1.286 referentes às requisições de pequenos

valores. O ano de 2012 encerrou com 6.065 processos.

Para o pagamento desses precatórios, no período mencionado foram emitidos 3.463 alvarás, o que resultou no montante de pouco mais de R\$ 87,5 milhões. Desse total, R\$ 3.554.554,97 foram referentes às requisições de pequenos valores, sendo 1.718 alvarás. Outros R\$ 6,6 milhões foram destinados ao pagamento de 1.279 alvarás preferenciais emitidos em favor de pessoa idosa ou doente.

Do montante pago em precatórios, cerca de R\$ 1,6 milhão ficou retido na fonte referente à Previdência e ao Imposto de Renda.

Novidades – Em maio de 2012, o TJMS deixou de pagar os precatórios da área do Trabalho. Isso porque, desde 2011, o Tribunal gerencia todos os pagamentos dos

credores da justiça estadual, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Tribunal Regional Federal (TRF). A medida foi em atendimento à solicitação da OAB/MS e, assim, os precatórios são separados e os valores encaminhados ao TRT.

Outra novidade é que, desde o mês de junho de 2012, a Vice-Presidência implantou o Disque Precatórios. Um telefone único, com profissional especializado e preparado para solucionar dúvidas e atender questionamentos dos públicos interno e externo, resolvendo, assim, de imediato, questões sobre o tema.

O objetivo foi concentrar o atendimento pessoal e de telefone em um único setor, o que permite a solução de questões mais simples na hora.

Mais de 10 mil decisões de recursos externos foram proferidas pela Vice-Presidência

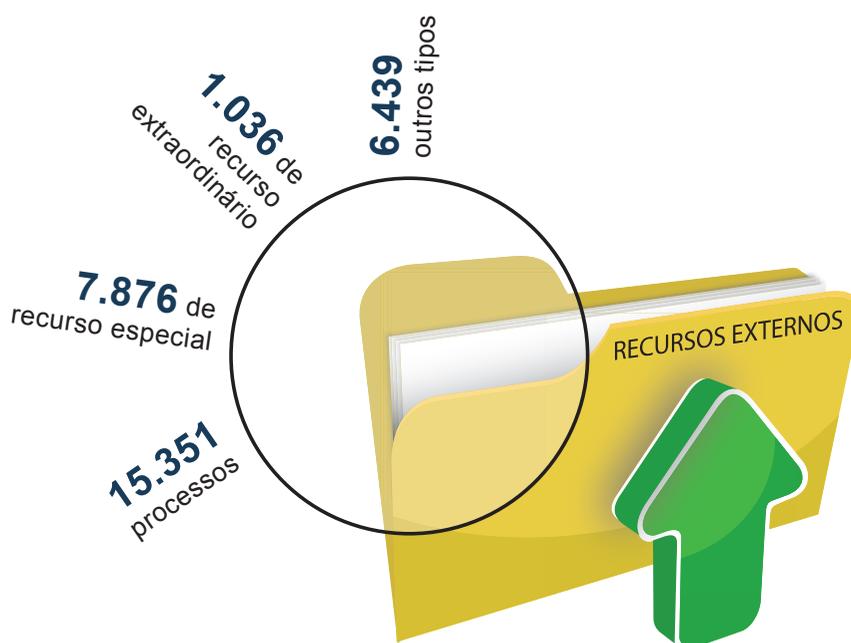
Durante todo o ano de 2012, o gabinete da Vice-Presidência registrou o total de 15.351 processos referentes a recursos externos distribuídos, o que representa um aumento de 13% em relação ao período anterior.

Do total de processos distribuídos, a maior parte foi de recurso especial, com 7.876 feitos. O recurso extraordinário totalizou 1.036 feitos e 6.439 foram outros tipos de recursos.

Em relação às 10.594 decisões emitidas em 2012, houve um aumento de 30% se comparado ao ano de 2011, quando foram registradas 8.174 decisões.

Em maio de 2012, durante a liderança do Des. João Batista da Costa Marques, com pouco mais de 60 dias de atuação, já haviam sido decididos e despachados mais de três mil processos referentes aos recursos especial e extraordinário.

No período houve um novo sistema de gestão do setor, com a implantação de



produtividade e adequação da equipe de trabalho.

No início de julho, o TJMS, assim como tribunais de todo o país, firmou termo de cooperação para a análise de recursos repetitivos. O documento representou um protocolo para a padronização do trâmite dos recursos repetitivos nos tribunais federais e estaduais.

O termo foi assinado durante um encontro proposto pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, à época, ministro Ari Pargendler, que detectou a necessidade de convocar os tribunais visando identificar as dificuldades e discutir soluções para o assunto, depois de quatro anos de vigência da Lei n. 11.672/08 – a Lei de Recursos Repetitivos.

Atuação da Corregedoria em 2012 atinge 84 localidades no Estado



O ano de 2012 foi marcado por inovações importantes ao Poder Judiciário e à sociedade feitas pela Corregedoria Geral de Justiça, dentre as quais a criação da Coordenadoria das Varas de Execução Penal do Estado de Mato Grosso do Sul (COVEP) e a edição do Provimento n. 72, que estabelece regras para os procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude.

No período de abril a dezembro de 2012, a Corregedoria-Geral de Justiça realizou correição em 13 das 54 comarcas, além de analisar 45 unidades judiciais da Comarca de Campo Grande.

Ao todo, a atuação atingiu 84 localidades, das quais 39 varas do interior e 45 da capital. Foram realizadas, ainda, correições em 56 das 170 unidades extrajudiciais em atividade no Estado, o que significa 33% do total.

Com isso, a Corregedoria cumpriu a expectativa de realizar correição em 100% das comarcas e das unidades extrajudiciais do Estado, no biênio 2011-2012, na gestão do Des. Atapoã da Costa Feliz como Corregedor-Geral de Justiça.

COVEP - Dentre as ações da Corregedoria, destaca-

se, no período, a criação da Coordenadoria das Varas de Execução Penal do Estado de Mato Grosso do Sul (COVEP), instituída por meio da Lei n. 4.228, de 20 de julho de 2012.

Infância e Juventude - Outro destaque na atuação da Corregedoria foi a edição do Provimento n. 72, em que se estabelecem regras para os procedimentos referentes à Justiça da Infância e Juventude no que tange adolescentes em conflito com a lei, incluídos os relativos à execução de medidas socioeducativas e à fiscalização de entidades.

A regulamentação visa padronizar os procedimentos,

adequando às normas para tramitação dos feitos já existentes da competência da Vara da Infância e Juventude, na área infracional, desde a fase investigatória até a execução da medida socioeducativa aplicada.

Para a edição do provimento, foram levados em conta os princípios da proteção integral e da condição do adolescente como pessoa em desenvolvimento, estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o que dispõe a Lei Federal n. 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Dentre os procedimentos padronizados estão: o prazo máximo de 45 dias para a internação provisória; a responsabilidade, que é da Superintendência de Medidas

Socioeducativas, para indicar o local de cumprimento da medida de internação, em cuja indicação o juiz pode intervir; o fato de somente a guia de execução acompanhar o adolescente, e não mais todo o processo, como ocorria antes.

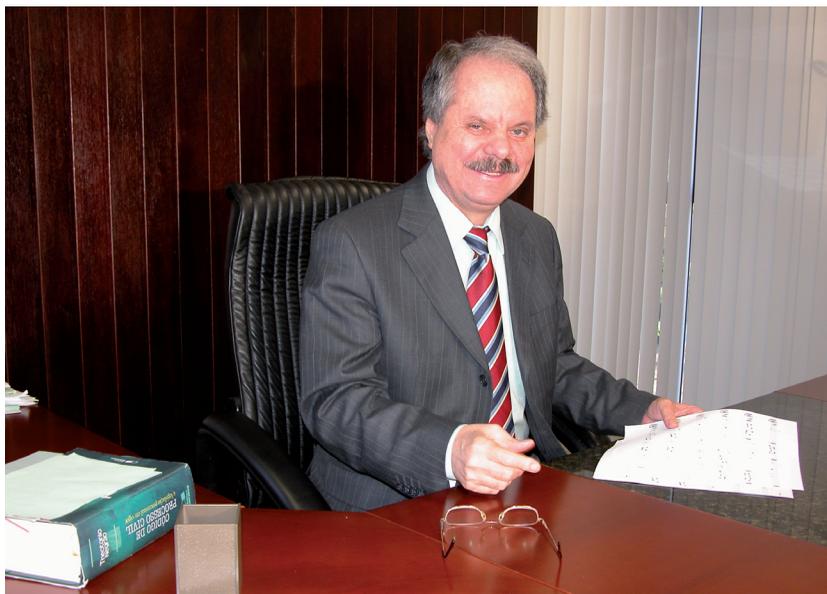
Manual – A Corregedoria-Geral de Justiça, simultaneamente ao Provimento n. 72, disponibilizou o Manual de Orientações de Procedimentos para a Infância e Juventude, visando padronizar os procedimentos de apuração de ato infracional, com ênfase na execução das medidas socioeducativas. A medida deu-se em complemento à Lei n. 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

O documento, composto de 13 partes, está disponibilizado no formato eletrônico, com informações detalhadas e necessárias à compreensão da

nova sistemática de execução das medidas socioeducativas.

Em cada parte do manual uma parcela do procedimento é explicitada, desde a apreensão em flagrante do adolescente, quando for o caso, até o encerramento do processo de execução da medida. As orientações contidas no documento passaram a ser de observância obrigatória a partir da divulgação, em setembro de 2012.

Penhora on-line – Atualmente tramita no Poder Judiciário a implantação do sistema de penhora *on-line* de imóveis, que dará ao magistrado a possibilidade de consulta sobre a existência de bem imóvel de propriedade da parte e, conseqüentemente, a penhora do referido bem. A consulta e penhora na modalidade *on-line* trazem celeridade e transparência ao Poder Judiciário.





Ejud-MS destaca-se na capacitação de magistrados e servidores

Responsável pelo treinamento, capacitação, formação, aperfeiçoamento e especialização de magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça, a Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS) capacitou, no exercício de 2012, 4.601 participantes e convidados, dos quais 1.293 são magistrados (1.256 na modalidade presencial e 37 a distância) e 3.308 servidores.

Para tanto, foram realizadas 18 atividades para magistrados e convidados e 206 atividades voltadas para os servidores. O foco das capacitações dos servidores foi o treinamento para atuarem no processo eletrônico, em razão da migração do processo físico para o virtual. Sendo assim, 53,88% das ações na área de procedimentos técnicos



e rotinas judiciais foram de treinamento em processo eletrônico, totalizando 1.748 participantes.

Na área de gestão, a fim de promover maior valorização do servidor, a Ejud-MS realizou, em Bonito, o X Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório.

O evento contou com a presença de 132 gestores, que resultou na elaboração da Carta do Encontro, encaminhada à Presidência do Tribunal de Justiça. Conforme a avaliação de reação ao evento, a iniciativa foi muito bem recebida pelos participantes.

A Escola promoveu também o 1º Curso de Aperfeiçoamento para servidores bacharéis em Direito do Poder Judiciário de MS, com o objetivo de proporcionar conhecimentos jurídicos atualizados para melhor

SERVIDORES CAPACITADOS	2012
1ª INSTÂNCIA	2.196
2ª INSTÂNCIA	1.102
PARTICIPANTES EXTERNOS	10
TOTAL	3.308

Demonstrativo geral de quantidade de servidores capacitados nas modalidades presencial e EAD, conforme a instância



atuação desses serventuários nas atividades-fim.

Atuou como parceira das Secretarias do Tribunal de Justiça, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e da Coordenadoria da Infância e da Juventude nos eventos de valorização dos servidores, tais como: 3ª Minicorrída do Poder Judiciário: Ação para Sustentabilidade; palestra *A saúde do servidor do Judiciário ao longo da carreira*; Festival de Talentos; Mensagem Natalina; e no lançamento regional da Campanha “Compromisso

e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é mais forte”.

EAD - O diretor-geral da Ejud-MS, Des. Ruy Celso Barbosa Florence, fez o lançamento do ambiente virtual destinado aos magistrados, no dia 21 de junho, e aos servidores, no dia 30 de agosto de 2012. Na oportunidade, foi disponibilizado o primeiro curso *on-line* “Gestão de Processos”, produzido pelo TRE-MG e cedido pelo CEAJUD/CNJ. Destaca-se a contratação de consultoria para a implantação do ambiente virtual da Escola, em face da importância dessa modalidade no auxílio à eficiência e eficácia

da prestação jurisdicional, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) também é utilizado como replicador dos Cursos a Distância oferecidos em parceria com a Escola Paulista da Magistratura, possibilitando ao magistrado cursista acessar as aulas/palestras, por meio de *link* disponibilizado no ambiente virtual, postar o relatório final do curso e ser feita a avaliação pelos Tutores/Avaliadores.

O AVA ainda é utilizado como ferramenta de apoio aos cursos presenciais, pois

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL DE PARTICIPANTES	TOTAL DE AVALIAÇÕES SERVIDOR E GESTOR
Validadas	58	733	983
Invalidadas	0	0	0
Aguardando confecção de relatório	0	0	0
Aguardando recebimento de respostas	38	612	-
Aguardando decurso de prazo	66	1.024	-
Não avaliadas em razão do baixo índice de devolução	7	42	40
Não avaliadas em razão da natureza das capacitações	37	897	0
TOTAL	206	3.308	1.023

Demonstrativo geral das ações de capacitação submetidas ao RAIT – ano 2012

possibilita que as inscrições sejam feitas diretamente no Ambiente. Também são disponibilizados os vídeos das palestras, palestras em *flashes*, material de apoio e informações gerais. Os trabalhos/relatórios finais dos participantes dos cursos presenciais são postados no AVA, onde é feita a correção pelos Avaliadores designados para esse fim.

Em outubro, houve a atualização do ambiente virtual para a versão 2.3, quando se realizaram os *backups* dos cursos, quais sejam: Introdução ao Direito Constitucional, Desenvolvimento de Competências Gerenciais, Moodle para Autores e Tutores e Administração Judiciária. Esses cursos foram restaurados no AVA da Ejud-MS e estão sendo adaptados para a realidade do TJMS. Iniciou-se também a produção dos cursos

SIDII, SAJ e Hasta Pública e Leilão Eletrônico para serem disponibilizados em 2013.

A Ejud, alavancando esta nova modalidade de ensino, transmitiu, por meio de um *link* disponibilizado na *intranet*, o XII Fórum Nacional da Justiça Juvenil (FONAJUV), realizado nos dias 13 e 14 de dezembro, em Campo Grande.

RAIT - Dentre as ações realizadas, 28,43% já passaram pela avaliação de impacto de treinamento (RAIT) com 100% de satisfação, o que justifica o retorno do investimento.

Inovações - O ano de 2012 marcou uma nova etapa da Ejud-MS com a aquisição, conseguida por doação do STJ, de 30 computadores de última geração, com o objetivo de alavancar as ações promovidas para os magistrados e servidores, delineando a

reestruturação física da Escola Judicial.

Outra ação de destaque foi a alteração da logomarca da Ejud-MS, que hoje tem a marca registrada de MS, e a produção de um vídeo institucional da Escola, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social.

Convênios e parcerias

- Além disso, ressalta-se a realização do curso de pós-graduação *lato sensu* em Controle de Constitucionalidade e Direitos, em andamento, por meio do acordo de cooperação técnica entre a Ejud-MS, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e o Instituto de Direito e História (IDH).

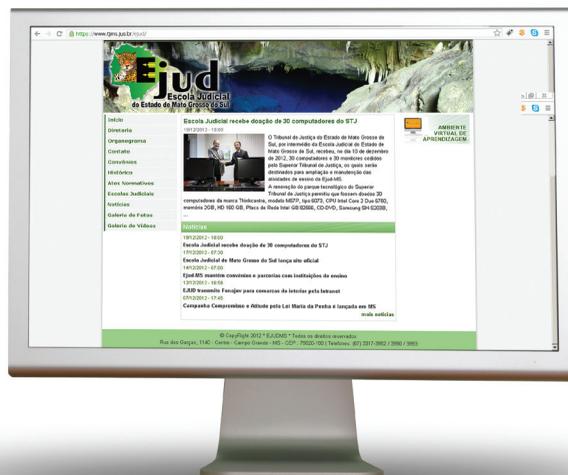
Na realização de cursos e eventos, apontam-se também como diferencial as parcerias com: a Coordenadoria da Infância e Juventude, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania do Governo de Mato Grosso do Sul, a Escola Judiciária Eleitoral de MS, a Escola Superior de Controle Externo do Tribunal de Contas de MS (ESCOEX), a Escola Superior de Advocacia (ESA/OAB/MS), o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, a Escola da Assembleia Legislativa, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS, Superintendência de Segurança Pública de MS, a Academia de Polícia Civil de MS, a Defensoria Pública de MS e a Associação de Defensores Públicos de MS.

Ainda deu-se continuidade às parcerias já estabelecidas

na gestão anterior, quais sejam: Faculdade Estácio de Sá, Facsul, Uninter, Libera Limes, Senac/MS, Unidade FMB de Cursos Jurídicos, Curso Professores Oton & Elton Nasser, Curso Professor Damásio, Colégio Adventista, Mace, 3W Educacional Editora e Cursos, Anhanguera Uniderp, Unigran, Colégio Salesiano Dom Bosco, Portal Educação, Centro Educacional Manoel de Barros, Neon Concursos, Minds English School, British and American, Anglo Hispânico Escola de Idiomas e Wizard.

Os convênios e parcerias abrangeram tanto o ensino presencial quanto o a distância, a fim de garantir benefício de desconto nas mensalidades para magistrados e servidores.

Site - Em dezembro de 2012 foi lançado o *site* institucional da Ejud-MS (<http://www.tjms.jus.br/ejud>), um canal de comunicação que permite um intercâmbio mais amplo entre escolas judiciais.



Coordenadoria desenvolve projetos em prol da **Infância e Juventude**



Nos três anos de existência da Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul (CIJ), foram desenvolvidos projetos que resultaram em implantação de programas voltados à área nas 54 comarcas do Estado. Criada por resolução, a Coordenadoria tem a finalidade de elaborar e executar as políticas públicas relativas à infância e à juventude.

Desde o início dos trabalhos, o Coordenador da Infância e da Juventude em MS, Des. Joenildo de Sousa Chaves, pediu aos juízes que encaminhassem os projetos idealizados para a área e garantiu que a intenção era, e é, implantar nas 54 comarcas o projeto Judiciário e Escola Formando Cidadãos, visando envolver a comunidade escolar,

ampliar o conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, complementar as atividades curriculares, além de divulgar o funcionamento do Poder Judiciário na comunidade.

Com isso, cumpriu uma das metas: reunir todos os juízes da infância do Estado e valorizar seus projetos e propostas. Outra meta da Coordenadoria é criar em MS um centro integrado, onde todos os profissionais ligados a essa área fiquem próximos. Por exemplo, as Varas da Infância, a Coordenadoria da Infância, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado (CEJA), a equipe multidisciplinar, enfim, tudo centralizado em um único espaço físico para facilitar o trabalho.

Em três anos, a Coordenadoria da Infância e da Juventude de MS realizou um trabalho abrangente, difícil de sintetizar, porém é possível citar que a CIJ coordenou atividades institucionais do Poder Judiciário na área da infância e juventude com a sociedade e demais poderes constituídos, a partir dos

eventos realizados; contribuiu para o aprimoramento da atuação jurisdicional por meio de projetos inovadores; propôs o aprimoramento institucional na área da infância, por meio de implantação e implementação de projetos regionais e locais.

Também intermediou a celebração de convênios com instituições governamentais e não governamentais, incluindo a captação de recursos humanos destinados a implantar projetos voltados ao aprimoramento jurisdicional; articulou para formação de atividades de aprimoramento de magistrados e demais atores do sistema de garantia de direitos na área da Infância e juventude.

Não se pode deixar de destacar três ações

desenvolvidas pela CIJ: o projeto Coordenadoria vai às Comarcas, a Justiça Restaurativa Indígena e a edição do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (FONAJUV), realizado na Capital, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2012.

No primeiro caso, a CIJ levou a diferentes circunscrições profissionais capacitados para implantar e prestar assessoria aos juízes e equipes que desejavam ter em suas comarcas ações como Projeto Adotar, Projeto Padrinho, Família Acolhedora e Justiça Restaurativa. A ideia revelou-se verdadeiro sucesso na mobilização do sistema de garantia de direitos para otimização das ações da justiça da infância e juventude.

Também foi implantada a Justiça Restaurativa Indígena

na Comarca de Amambai. A proposta é inédita no Brasil e os círculos da Justiça Restaurativa são feitos nas aldeias, procurando preservar ao máximo a cultura indígena.

Por fim, não se pode esquecer de mencionar a parceria com o Comando Militar do Oeste (CMO) para jovens em situação de risco social, já que a CIJ deseja incluir essas crianças e adolescentes, internos e egressos das Unidades Educacionais de Internação (Uneis), no Programa Forças do Esporte, uma proposta desenvolvida pelas Forças Armadas em território nacional.



Ouvidoria Judiciária atua como canal direto com a população



No biênio 2011/2012, a Ouvidoria Judiciária consolidou-se como um canal importante para o exercício efetivo da cidadania, firmando-se cada vez mais como instrumento de inovação da gestão pública na prestação de um serviço público de qualidade.

Com o objetivo de garantir ao cidadão o acesso às informações, de acordo com o que determina a Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, ficou estabelecido que, no Tribunal de Justiça de MS, o Departamento da Ouvidoria Judiciária é

responsável pela análise/protocolo dos requerimentos feitos com base na mencionada Lei.

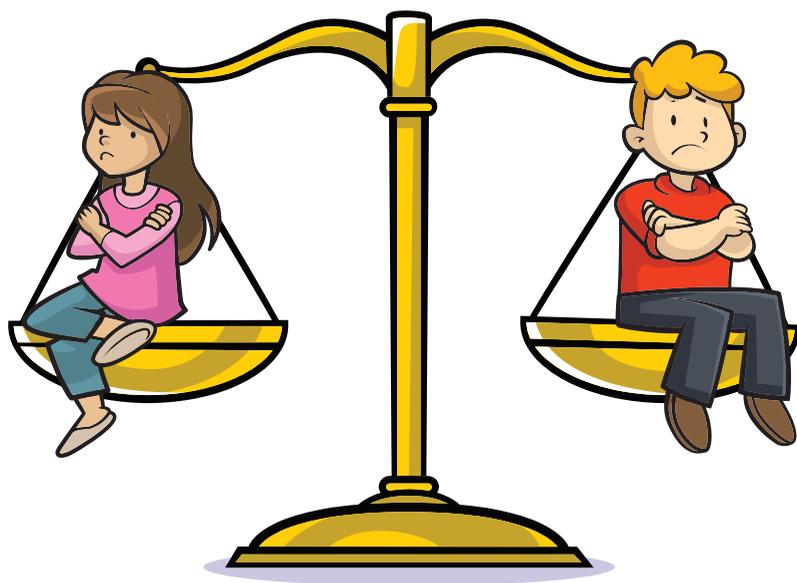
Nesse biênio, com destacada atuação dos desembargadores Julizar Barbosa Trindade, Dorival Renato Pavan e Manoel Mendes Carli, a Ouvidoria Judiciária autuou 835 reclamações, das quais 716 foram solucionadas, ou seja, 85,74% do total das reclamações, sendo que a maior parte estava relacionada à morosidade constatada no andamento dos processos.

Foram respondidos mais de 2,7 mil *e-mails* nesse período acerca de qualquer serviço prestado pelo Poder Judiciário, como o funcionamento dos cartórios, atuação de servidores etc. Também foram encaminhados ofícios a autoridades do Judiciário de MS e de outros órgãos requerendo informações ou solicitando providências quanto a denúncias e sugestões formalizadas, sem contar o atendimento, por telefone e pessoalmente, prestado ao jurisdicionado pela Ouvidoria do Fórum e do TJ e que não resultou em formalização de reclamação, apenas orientação e, eventualmente, também audiência com o Ouvidor Judiciário, sempre que solicitado.

Realizou-se, ainda, o cadastro/registo de pedidos de informações, com base na Lei n. 12.527, os quais foram analisados e encaminhados ao setor competente, segundo decisão do Ouvidor Judiciário.

O setor também atendeu a milhares de ligações pelo 0800 da Ouvidoria e pelo telefone 3314-1314, quando também foram informadas as regras estabelecidas pelo Ouvidor Judiciário em relação ao tempo de atraso mínimo entendido como razoável na tramitação dos processos e prestados outros esclarecimentos.

Núcleo de Solução de Conflitos apresenta 87% de aproveitamento



No período de abril a dezembro de 2012, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMS realizou 340 mediações, que resultaram em 297 acordos. Isso significa um aproveitamento de 87,35%.

Criado em 2011 para dirimir conflitos sobre direitos disponíveis em matéria cível, de família, previdenciária e da competência dos Juizados Especiais, o Núcleo Permanente desenvolveu diversas ações voltadas à solução consensual.

No mês de maio de 2012, o destaque ficou por conta da participação de magistrados de

Mato Grosso do Sul no I Curso de Formação de Instrutores em Políticas Públicas em Conciliação e Mediação, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos de MS, desembargador Romero Osme Dias Lopes, e o juiz Fábio Possik Salamene representaram o Judiciário de MS no treinamento.

Em setembro de 2012, o Núcleo, durante cinco dias, participou do III Curso de Formação de Instrutores em Conciliação e Mediação do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Os números de mediações apresentados pelo Núcleo Permanente, mais do que os acordos alcançados, conseguiram restabelecer a comunicação entre as partes e contribuir para a pacificação social, que é o novo desafio do Judiciário.

O trabalho realizado pelo Núcleo apresenta economia processual, pois reduz o tempo da tramitação dos processos, diminui expedições e cumprimentos de mandados e de cartas precatórias.

A tendência é que o atendimento e o volume dos trabalhos do Núcleo aumente para melhor contribuir com a sociedade. Daí a importância da formação de instrutores que capacitarão os novos mediadores no Estado. É a forma alternativa de solução de conflitos que propicia mais qualidade da prestação jurisdicional do Judiciário de Mato Grosso do Sul.

TJMS realiza 5º Seminário de Direito para Jornalistas

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul realizou, nos dias 26 e 27 de setembro, no Plenário do Tribunal do Júri do Fórum de Campo Grande, o 5º Seminário de Direito para Jornalistas. Direcionado a jornalistas profissionais e estudantes de Jornalismo, o evento teve o objetivo de dar uma visão ampla do Poder Judiciário de MS, contribuindo, por meio de noções básicas de Direito, para uma interação que propicie a compreensão do trabalho e dos procedimentos judiciais para transmissão da informação à sociedade, de forma precisa.

Na primeira noite do seminário foram realizadas as palestras “Estrutura e Funcionamento do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul”, com o desembargador do TJMS Luiz Tadeu Barbosa Silva, e “Direito, Imprensa e Comunicação Social: A responsabilidade da informação”, com o Secretário de Comunicação Social do Conselho Nacional de Justiça, Marcene Gonçalves dos Santos.

O evento teve sequência na noite do dia 27, com as palestras “Ficha Limpa e Eleições 2012”, com o juiz

Presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (AMAMSUL), Olivar Augusto Roberti Coneglian, e “Justiça Criminal e Tribunal do Júri (Estrutura, funcionamento, seleção do corpo de jurados, formulação dos quesitos e sigilo das respostas)”, com o juiz auxiliar da Presidência do TJMS e titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande, Carlos Alberto Garcete de Almeida.

Depois das exposições temáticas dos assuntos pelos especialistas, os profissionais

e estudantes tiveram oportunidade para diálogo com os palestrantes do seminário, mediado pela coordenação de um representante do TJMS.





MS fecha **Semana da Conciliação** com R\$ 47,6 milhões em acordos

Com 9.289 pessoas atendidas, a 7ª edição da Semana Nacional de Conciliação em Mato Grosso do Sul fechou com o total de R\$ 47.664.500,93 em acordos homologados. O percentual de acordos em relação ao número de audiências efetuadas ficou em 31,9%. Foram realizadas 3.151 audiências de processos nas fases de conhecimento e de execução, que resultaram na homologação de 1.004 acordos.

Com o montante maior em valores ficou com os acordos realizados na fase de conhecimento, no total de R\$ 39,8 milhões. Os acordos efetuados na fase de execução finalizaram em R\$ 7,8 milhões.

Em 2011, a campanha fechou em 6,5 milhões.

Em 2012, diversos acordos foram fechados com valores vultosos. O Fórum da Capital chegou a homologar mais de 26,5 milhões em acordos, tendo um deles fechado em R\$ 22 milhões, na Vara de Sucessões.

A 1ª Vara Cível da Comarca de Três Lagoas realizou dois acordos que, juntos, totalizaram R\$ 9,7 milhões. Outro acordo foi fechado em Bonito, no valor de R\$ 4 milhões. Em Maracaju, nessa Semana Nacional da Conciliação, foi extinta uma ação de R\$ 1,3 milhões.

Varas das 54 comarcas, além dos Juizados Especiais de MS, participaram da edição de 2012, atendendo à Resolução n. 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Judiciária Nacional para Tratamento adequado dos Conflitos de Interesses e visa tornar efetivo o princípio constitucional do acesso à Justiça.

Circuito Bem-Estar: ações atendem nas áreas de saúde física, bucal e nutricional



Pensando na melhoria da qualidade de vida no trabalho, meta 26 do Planejamento Estratégico, o Tribunal de Justiça realizou, nos dias 19 e 24 de outubro, o 1º Circuito de Bem-Estar na Secretaria do TJ e no Fórum de Campo Grande, respectivamente.

Para o evento foram montados *stands* de saúde e houve palestras sobre o tema. Na área odontológica, profissionais fizeram orientações e apontaram os cuidados com a higiene bucal.

Na área da saúde física e mental, representantes de planos de saúde

proporcionaram orientações, aferição da pressão e exames simples. Também foi disponibilizado às servidoras o exame preventivo do câncer do colo do útero.

Na área nutricional, alguns profissionais estiveram disponíveis para orientação, e a nutricionista do TJMS lançou o Projeto Alimentação Saudável.

A ação faz parte do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, que vem sendo implantado com vistas à valorização do servidor público e a construção de um ambiente de trabalho mais harmonioso.

Projeto - O Projeto Alimentação Saudável tem por objetivo a promoção da saúde, a prevenção e recuperação de doenças e agravos nutricionais, bem como informar sobre alimentação saudável.

O primeiro passo para participar e receber o atendimento nutricional é responder, corretamente, aos dados formulados na Ficha de Atendimento Nutricional disponível na página da Secretaria de Gestão de Pessoal. Após o envio, a nutricionista faz a avaliação respondendo ao paciente sobre qual a conduta nutricional a ser adotada.

3ª Minicorrída do Judiciário reúne mais de 400 participantes

A terceira edição da Minicorrída do Judiciário contou com mais de 400 participantes, dentre magistrados, servidores, estagiários e mirins. O evento foi realizado no dia 19 de maio, com percurso de cinco quilômetros. Os vencedores gerais do masculino e feminino e os primeiros lugares de cada categoria receberam troféus,

e todos os participantes receberam medalhas.

Os participantes inscritos foram divididos em oito categorias: masculino até 29 anos; de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e acima de 50 anos. Divisão por faixa etária que também ocorreu para as mulheres inscritas na competição.

A Minicorrída do Judiciário de 2012 teve, pela primeira vez, a disponibilização de *chip*, para a cronometragem dos tempos dos participantes da corrida, e do kit, composto por uma camiseta, um boné e uma garrafinha plástica própria para colocar água (*squeeze*).



